

-----ATA N.º 09/2019-----

---- Reunião extraordinária do dia dezassete de abril de dois mil e dezanove.-----

---- No dia dezassete de abril de dois mil e dezanove, na vila de Sever do Vouga, edifício dos Paços do Concelho e salão nobre, reuniu o órgão executivo extraordinariamente, com a presença de Luís Figueiredo Martins, Diretor de Departamento Administrativo e Financeiro para redação da respetiva ata.-----

---- Foram registadas as seguintes presenças: José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vice-Presidente; Paulo César de Bastos Martins, Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo, Maria Elisabete Martins Henriques e Raul Alberto da Conceição Duarte, Vereadores.-----

---- A reunião foi declarada aberta às nove horas e quarenta e cinco minutos.-----

---- Foram registadas as faltas justificadas de António Coutinho e Ricardo Silva.-----

-----Ordem de Trabalhos-----

• 2ª Revisão Orçamental de 2019-----

-----Período da Ordem do Dia-----

2ª Revisão Orçamental de 2019: - No uso da competência dada através da alínea a), do ponto 8.3.1.3, e alínea b), do ponto 3.3, ambas do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, nova redação dada através do Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril, foi elaborada e apresentada a 2ª Revisão Orçamental, correspondente à 5ª Modificação, com um reforço da receita e despesa no valor de € 2 208 000,00 (dois milhões, duzentos e oito mil euros).-----

Paulo Martins perguntou que critérios é que tinham levado à distribuição do saldo de gerência pelos vários itens.-----

O Vice-presidente disse terem sido rubricas que, certamente, tinham uma dotação que justificava um reforço, o que pode ser sempre modificado através de alterações ao orçamento. Para além dessa situação, referiu também o vice-presidente que, foram criados três novos projetos.-----

Pedro Lobo perguntou porque é que era necessário mais sete mil euros para o pessoal em regime de tarefa ou avença e, ainda, mais duzentos e vinte e dois mil euros para outros serviços, como eventos musicais, culturais, desportivos e afins?-----

O Vice-presidente disse que era pelo facto de não ter dotação suficiente.-----

Pedro Lobo perguntou quanto é que se tinha gasto no ano passado.-----

O Vice-presidente disse não saber, mas que podia pedir para essa informação lhe ser enviada.-----

Paulo Martins disse que, as pessoas que iam falar consigo quando necessitavam de alguma coisa, diziam que já tinham falado com a Câmara Municipal e que, por prática corrente, eram informados, sempre, de que não há dinheiro. Sobre a transferência de um saldo de dois milhões de euros, disse ser certo que, parte dele já vinha de anos anteriores, mas que havia um saldo que era transferido de dois milhões de euros, significando que, das duas uma, ou deixavam de fazer algumas coisas que estavam inscritas no orçamento, ou havia uma vontade planeada de fazer com que um montante substancial passasse de ano para ano, talvez, à espera do último ano. Pediu que lhe fosse explicado em qual dos dois se enquadrava a resposta ou se continuavam a dizer às pessoas que não há dinheiro, passando saldos de dois milhões de euros.-----

O Vice-presidente disse que, cada um diz o que quer, por isso, tratava-se de uma dedução do vereador, a qual pediu que ficasse para a declaração de voto, pois não tinha nada a ver com o que estava a ser tratado. Afirmou que a Câmara Municipal quer atingir, sempre, uma execução orçamental, se não total, a rondar os cem por cento. Mais disse ser evidente que há constrangimentos que levam a que não se consiga. Deu como exemplo a execução de obras que, por vários motivos, não se conseguem executar, como é o caso do Centro Escolar, e que se reflete a nível da realização das contas, portanto, isso não decorre de uma opção política, decorre da prática de não se conseguir executar a despesa que estava prevista executar. Respondendo, na prática, à pergunta do vereador, o Vice-presidente disse não ter interesse nenhum em direccionar um orçamento para transitar com saldo e que a vontade é de o executar a cem por cento. Mais disse que são seguidas as regras obrigatórias de execução orçamental, da feitoria do orçamento e dos documentos previsionais, portanto, não se tratava de uma estratégia.-----

Pedro Lobo perguntou se o documento em apreço era a proposta final ou se estaria sujeita a alterações.-----

O Vice-presidente disse, sobre a proposta da revisão que não estava sujeita a alterações e que aquela era a quinta alteração do orçamento de 2019.-----

Pedro Lobo perguntou se haveria disponibilidade, da parte da Câmara Municipal, em aceitar não pagar nem mais um cêntimo para uma avença, nem para festas.-----

O Vice-presidente disse depender das necessidades e que a revisão era para poderem executar o orçamento que foi aprovado na Câmara Municipal, pois o orçamento tinha sido aprovado, assim como o plano de atividades e as grandes opções do plano, e que tinham de tentar executá-las para ter uma execução ótima.-----

Paulo Martins disse que, tendo em conta o que o Vice-presidente tinha dito, que não era uma estratégia, a sua opinião era de que tudo era estratégia, podendo não se fazer de uma forma planeada, mas que na prática o era, pois, da mesma forma que estavam a fazer aquela revisão orçamental e a modificação orçamental, já do orçamento de 2019, a mesma podia ter sido feita em 2018 naquelas obras que já sabiam, à partida, que não iam ser executadas, que o capital não tinha que estar alocado a ela, por exemplo, o Centro Escolar, que, há quase um ano, está atrasado em mais de cinquenta por cento, na sua execução.-----

Por maioria, foi aprovada a proposta de revisão para ser submetida à apreciação e aprovação por parte da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea a), do n.º 1, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Votação: A favor - Almeida e Costa, Elisabete Henriques e Raul Duarte; Contra - Paulo Martins e Pedro Lobo. Os vereadores do PSD apresentaram a seguinte declaração de voto: *Em relação ao ponto único do Período da Ordem do Dia, denominado “5ª Modificação Orçamental, 2ª Revisão Orçamental”, da reunião extraordinária da Câmara Municipal de Sever do Vouga de 17 de abril de 2019, e após os pedidos de esclarecimento formulados pelos vereadores do PSD na referida reunião:*-----

1. *Notamos a existência de um saldo de gerência no montante de € 2 133 823,23 que transita do orçamento do ano de 2018 para 2019;*-----
2. *Quer isto dizer que o Município podia e deveria ter aplicado esse saldo, ou parte dele, em outros projetos durante o ano de 2018, mas que entendeu não o fazer por decisão que só pode ser política, uma vez que as verbas existem;*-----
3. *O que leva a crer que há uma estratégia de cativações e de adiamento da execução das obras constantes no Plano Plurianual de Investimento para que, em 2021, ano de eleições autárquicas, esses fundos estejam disponíveis para o lançamento de projetos prometidos aquando do último ato eleitoral, mas que não viram a luz do dia durante o mandato atual, e darem a sensação aos munícipes de que estão a “fazer obra”;*-----
4. *Consideramos que tal estratégia é eleitoralista, com prejuízo evidente no desenvolvimento do concelho, uma vez que o adiamento da execução dos projetos – muitos deles urgentes e cuja execução já leva umas décadas de atraso – é incentivo para que cada vez mais pessoas se sintam levadas a abandonar o nosso concelho em detrimento de outros cujas infraestruturas, serviços e equipamentos estejam já em utilização.*-----

*Pelas razões anunciadas acima, só o voto contra nos dá a possibilidade de protesto contra esta estratégia.*-----

---- Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta reunião, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por quem a redigiu.-----

---

---